EMPRESÁRIOS, SUAS ORIGENS E AS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL (*)

Luiz Carlos Bresser Pereira

Há certos momentos em que a visão dominante sobre um determinado problema contraria frontalmente os dados existentes. Esse fato ocorreu nos anos 60 e 70, no Brasil, em relação ao problema das origens étnicas dos empresários industriais paulistas. No início dos anos 60 publiquei na *Revista de Administração de Empresas* pesquisa demonstrando de forma clara que os empresários não se haviam originado em famílias brasileiras ligadas ao café, mas em famílias de imigrantes de classe média (Bresser Pereira, 1964). Não obstante, no final da década, depois da publicação do ensaio de Caio Prado Jr. *A revolução brasileira* (1966), tornou-se voz corrente entre os intelectuais brasileiros que a origem do empresariado industrial estava na oligarquia cafeeira. Nesse livro o grande historiador afirma peremptoriamente, embora sem nenhuma base em pesquisa, que "em São Paulo, por exemplo, muitas das primeiras e principais indústrias são de fazendeiros que empregam os lucros auferidos na cultura do café, em iniciativas industriais" (1966: 198). E o livro de Warren Dean sobre a industrialização de São Paulo, publicado no Brasil em 1971, embora confirmasse minha pesquisa sobre as origens dos empresários, acabou por agravar a confusão. Depois de dar grande ênfase à importância do café para o surgimento da indústria em São Paulo, mostrou com base em pesquisa como os primeiros industriais eram originalmente imigrantes que se dedicavam à importação. Em seguida, entretanto, empenhou-se em negar a tese de que os latifundiários constituíram-se em obstáculo político à industrialização e afirmou, confundindo. a questão, que "os proprietários rurais não somente sobreviveram como classe, mas também dirigiram a passagem de uma cultura rotineira de cana-de-açúcar, do princípio do século XIX, para um complexo sistema industrial nos meados do século XX" (1971:41).**(1)** Antes disso, Luciano Martins (1965:94), em estudo sobre os grupos bilionários nacionais, verificou que, entre os grupos que tinham na indústria sua atividade principal, 66% eram nacionais. **(2)**Não obstante, em um trabalho realizado em seguida, revelou-se inseguro a respeito do problema, afirmando que "existem dados empíricos indicativos – embora o ponto seja ainda obscuro – de que as camadas sociais que detinham os meios de produção do primeiro modelo (primário-exportador) não passaram a deter os do segundo (industrial)" (1967: 102). O autor enfatiza mais adiante essa obscuridade, afirmando que existem "boas fontes" para a tese relacionando a industrialização com os cafeicultores (especificamente, Nelson Werneck Sodré).**(3)** Essa obscuridade lhe permite salientar uma idéia que naquele momento (após o golpe de Estado de 1964) se havia tornado politicamente importante para amplos setores da intelectualidade brasileira: a idéia de que "diversos setores empresariais como que se fundem ou se confundem no ato mesmo de redistribuírem seus interesses pelos diferentes ramos de atividade..." (1967:130).

Como explicar esse fato? Por que os intelectuais brasileiros ou afirmavam a origem dós industriais no café ou se declaravam inseguros? Devido ao grande prestígio intelectual de Caio Prado Jr.? Sem dúvida essa é uma razão. Porque não leram meu artigo? Ou porque não concordaram com suas conclusões? Entre essas duas hipóteses, a primeira deve ser mais verdadeira, já que o artigo raramente foi citado?**(4)** Mas, evidentemente, estas não são explicações suficientes. Deve haver um problema maior, de caráter ideológico, que explica como uma interpretação histórica sem nenhum fundamento na realidade, sem nenhuma pesquisa para convalidá-la, ganhou foros de verdade Indiscutível, sendo, provavelmente, até hoje dominante.

Neste artigo inicialmente apresentarei de forma sumária os dados de minha pesquisa. Em seguida farei uma tentativa de explicar o equívoco ocorrido, a partir de uma argumentação baseada em aspectos ideológicos e de psicologia social. Argumentarei que o ressentimento no nível da esquerda provocado pelo golpe militar que resultou na Revolução de 1964 levou seus intelectuais a uma interpretação equivocada da história do Brasil - a "interpretação funcional-capitalista ressentida". Essa abordagem constituiu-se em uma reação à "interpretação nacional-burguesa", que servira de base para o pacto populista, e que explicava a industrialização brasileira a partir de uma coalizão política entre uma nova classe - a burguesia industrial nascente - e os trabalhadores urbanos. Segundo a interpretação que se torna dominante entre as esquerdas imediatamente após o golpe, a interpretação anterior, que "enfraquecera as esquerdas", equivocava-se quando pensava na burguesia industrial como uma nova classe de origem imigrante, quando, na verdade, ela não passava de uma manifestação da velha burguesia exportadora que sempre dominara o Brasil.

A crítica a essa visão ressentida que faço neste artigo não diz respeito às relações econômicas entre o café e o início da industrialização, mas apenas aos equívocos relacionados com as origens étnicas e, sociais dos empresários. Enquanto essas origens são simples e claras, lineares mesmo, mas foram- objeto de uma grande confusão ideológica, aquelas relações são complexas e contraditórias; eminentemente dialéticas, mas afinal encontraram uma interpretação adequada. A industrialização brasileira jamais teria ocorrido sem a criação de um excedente como aquele proporcionado pelo café, o que não -impediu que na maioria das ocasiões os cafeicultores se opusessem politicamente à industrialização, na qual tiveram pequena participação.

Volto ao tema das origens étnicas e sociais dos empresários não apenas porque o problema não foi resolvido, mas também porque, trinta anos depois dos equívocos cometidos, as paixões devem estar amainadas e será possível uma avaliação mais objetiva por parte dos historiadores, aos quais este trabalho é dirigido.

A pesquisa

A pesquisa sobre as origens étnicas e sociais dos empresários foi realizada por Zaíra Rocha Awad e por mim em 1962. Nosso universo era constituído pelos empresários vivos ou mortos de empresas industriais paulistas com mais de cem empregados no momento da pesquisa. Foram adotados todos os cuidados estatísticos fiara garantir resultados isentos de viés, com margem de erro pequena e elevada probabilidade de acerto.**(5)**Para a definição da origem étnica foi adotado um critério patriarcal. Era considerado de origem estrangeira empresário que fosse ele próprio nascido no exterior ou cujo pai ou avô paterno fosse estrangeiro. Empresário cujo avô paterno já havia nascido no Brasil era considerado de origem brasileira. Para a determinação da classe social, dividiu-se a sociedade em seis classes. A classe alta superior foi identificada à burguesia mercantil envolvida na produção e comercialização do café, havendo no questionário uma pergunta específica a respeito. A classificação nas demais classes foi realizada a partir, principalmente, de dados sobre a situação econômica da família na época da infância ou adolescência do empresário e sobre a profissão e nível de educação do pai. O caráter histórico da *survey* foi garantido porque em 1962 estávamos ainda próximos ao início da industrialização brasileira, que realmente deslanchou em São Paulo após 1930; e principalmente porque indagávamos sobre o empresário que havia fundado ou desenvolvido decisivamente sua empresa. Dos 204 empresários sobre os quais se levantaram dados, cerca de 10 % estavam mortos ou aposentados, na época da pesquisa; 82,8 % fundaram a empresa.

Os resultados em relação às origens étnicas dos empresários paulistas foram claros. Conforme se pode observar na Tabela 1, apenas 15,7% tinham origem brasileira. Entre os de origem estrangeira, somando 84,3 %, 49,5% do total eram eles próprios estrangeiros; os demais 34,8%, filhos ou netos de estrangeiros. Pela Tabela 2 verificamos que, quanto à origem nacional ou étnica; dominaram os empresários de origem italiana, com 34,8 %. Em seguida vêm os de origem brasileira (15,7%), alemã ou austríaca (12,8%), portuguesa (11,7%) e árabe (9,8%).

Tabela 1

ORIGENS ÉTNICAS

DOS EMPRESÁRIOS PAULISTAS

Origens		Número		%
Brasileira (três gerações)		32		15,75
Estrangeira		172		84,30
Netos de imigrantes	23		11,3	
Filhos de imigrantes	48		23,5	
Imigrantes	101		49,5	
TOTAL		204		100,0

Tabela 2

ORIGENS POR PAÍS

DOS EMPRESÁRIOS PAULISTAS

	País de origem e grandes grupos étnicos		Número	%
1.	Itália		71	34,8
2.	Brasil (três gerações)		32	15,7
3.	Alemanha	21		
	Áustria	5	26	12,8
4.	Portugal		24	11,7
5.	Líbano	13		
	Síria	5	20	
	Armênia	2		9,8
6.	Rússia	6		
	Polônia	2	9	4,4
	Tchecoslováquia	1		
7.	Suíça	5		
	Hungria	3		
	Espanha	3		
	Dinamarca	2		
	França	2		
	Estados Unidos	2		
	Grã-Bretanha	2		
	Uruguai	2		
	Grécia	1		
	Romênia	1	23	10,8
TOTAL			205	100,0

As origens sociais dos empresários industriais paulistas são também claras. Apenas 3,9% tiveram origem nas famílias "aristocráticas" ligadas ao comércio e à produção do café. Originados na classe alta inferior, constituída por famílias ricas mas sem origens nos barões do café, tivemos 21,6% dos empresários. Na classe média superior, definida pela situação econômica média da família na época da infância ou adolescência do empresário e pela educação de nível superior do pai, tivemos apenas 7,8%. Nas classes médias propriamente ditas, formadas principalmente por pequenos e médios empresários, originaram-se 50%, enquanto apenas 16,7% provinham da classe baixa, constituída principalmente por famílias pobres nas quais em geral o pai tinha uma profissão braçal.

Essa pesquisa não deixa, portanto, qualquer dúvida. Os empresários industriais do Estado de São Paulo, onde se concentrou a industrialização brasileira, não tiveram origem nas famílias ligadas ao café. Originaram-se em famílias imigrantes principalmente de classe média.

Café e indústria

Estes dados deixam evidente a falta de relação entre as famílias de cafeicultores e as dos empresários industriais. Nada dizem, porém, sobre as relações econômicas, muito menos sobre as relações políticas entre esses empresários e os cafeicultores. Como uma das causas do fato de que os resultados dessa pesquisa tenham sido ignorados está na relação - e na confusão - entre as origens étnicas dos empresários e as relações econômicas entre a indústria e o café, farei agora uma breve análise desse problema. Em seguida me concentrarei no problema ideológico e político, onde se encontra; a meu ver, a explicação fundamental.

A industrialização de São Paulo jamais teria ocorrido na forma que ocorreu não fosse a acumulação de riqueza provocada pelo café. As primeiras tentativas de industrialização do Brasil tiveram lugar no Nordeste e no Rio de Janeiro. Abortaram porque lhes faltava um excedente que permitisse, de um lado, a formação de um mercado interno e, de outro, o surgimento de uma infraestrutura econômica que viabilizasse a indústria. Warren Dean (1971) afirma a relação causal direta entre café e indústria no próprio título do primeiro capítulo de seu livro, sugestivamente denominado "O comércio do café gera a indústria". Villela e Suzigan (1973) e Robert C. Nicol (1974) também se empenham em demonstrar essa relação positiva. Na mesma linha de pensamento estão Manoel Carlos Peláez (1972) e Wilson Cano (1977), cuja pesquisa a respeito do assunto é definitiva.

Esses trabalhos, entretanto, tiveram uma clara preocupação em criticar a interpretação clássica, desenvolvida principalmente nos anos 50; que salientava a oposição entre a industrialização e o café. Essa interpretação estava, de um lado, baseada na análise definitiva de Celso Furtado (1959) sobre o extraordinário desenvolvimento industrial ocorrido nos anos 30 a partir exatamente da crise da café **(6)**e, de outro, nas análises políticas, que enfatizavam os conflitos entre os cafeicultores e a burguesia industrial nascente pelo controle do Estado. Segundo essa análise, que teve em Nícia Vilela Luz (1961) sua mais documentada representante, os cafeicultores, embora não se opusessem diretamente à industrialização, opunham-se ferrenhamente à proteção à indústria nacional, que chamavam de "artificial", para opô-la à agricultura, que seria "natural" para a economia brasileira. **(7)** Os cafeicultores percebiam que a proteção à indústria, além de prejudicar diretamente os consumidores, teria que, em última análise, ser financiada ou subsidiada pela própria produção cafeeira. Esse fato, que nem sempre está claro quando essas lutas se desencadeiam, no início do século, tendo Joaquim Murtinho como principal defensor do liberalismo cafeeiro e Amaro Cavalcanti e Serzedelo Correa como importantes orientadores do movimento protecionista, **(8)** torna-se claríssimo com a luta dos cafeicultores contra o "confisco cambial" e com a disputa entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin nos anos 40. **(9)** O confisco cambial - um imposto sobre a exportação de produtos primários sob a forma de taxas de câmbio diferenciadas - será, nos anos 40 e 50, a forma por excelência mediante a qual o Estado transferirá renda da agricultura exportadora para a indústria.

Furtado, por sua vez, mostra como havia uma relação cíclica inversa entre o café e a indústria, em função, principalmente, dos movimentos da taxa de câmbio. **(10)** Quando o preço do café subia no mercado internacional, o valor das exportações brasileiras aumentava, realizava-se um superávit comercial, e em conseqüência a taxa de câmbio baixava (a moeda nacional se valorizava) e se reduzia a proteção cambial à indústria local, aumentando as importações de manufaturados.

Não escapava a Furtado, porém, que havia também uma relação positiva entre o café e a indústria. Era óbvio que o complexo cafeeiro produzia um excedente econômico e divisas estrangeiras que permitiam a constituição de uma infra-estrutura de energia e transportes essencial para a industrialização, o estabelecimento de um sistema bancário e o surgimento de um mercado interno para a indústria.

Imaginou-se, também, que o capital cafeeiro tivesse sido essencial para o financiamento dos investimentos na indústria nascente. A pesquisa que realizei, entretanto, não confirma essa hipótese. Conforme demonstra a Tabela 4, diante da pergunta sobre o financiamento dos investimentos iniciais, 78,4% informaram que os fundos haviam sido próprios ou da família.

Tabela 4

ORIGENS DOS INVESTIMENTOS

INICIAIS DAS EMPRESAS

Origem dos investimentos	Número	%
Fundos próprios ou da família do empresário	160	78,4
Fundos próprios e de capitalistas privados	13	6,4
Fundos próprios e de fontes regulares de crédito privado	11	5,4
Fundos próprios e de fontes oficiais de crédito	2	1,0
Fundos de capitalistas privados	18	8,8
Total	204	100,0

O debate sobre as relações econômicas entre o café e a indústria foi afinal satisfatoriamente resolvido por Sérgio Silva (1976), seguindo a linha que Celso Furtado esboçara. Silva não apenas reconheceu a origem dos empresários industriais entre os imigrantes, afirmando claramente que "a burguesia industrial nascente encontra suas origens na imigração européia" (1976:91), mas principalmente percebeu o caráter eminentemente contraditório ou dialético da relação do café com a indústria no Brasil. Ele é explícito a respeito:

> Na verdade, ao examinarmos os diferentes aspectos da questão concluímos que as relações entre o comércio.exterior e o café de um lado, e. a indústria nascente, de outro, implicam, ao mesmo tempo,.a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento de indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição do-. minante da economia. cafeeira na acumulação de capital. [1976:103] **(12)**

Uma explicação: a "interpretação funcional-capitalista"

As relações econômicas e políticas contraditórias, de apoio e negação, entre o café e a indústria nascente, podem nos ajudar a explicar a confusão sobre as origens étnicas e sociais dos empresários. Aqueles que viam uma relação positiva direta entre café e indústria tendiam a ver os cafeicultores como os fundadores da indústria no Brasil,**(13)** enquanto os que viam uma relação negativa entre café e indústria estariam mais inclinados a atribuir esse papel aos imigrantes. Eu, por exemplo, quando realizei a pesquisa de 1962, influenciado pelo pensamento do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), particularmente pelas idéias de Hélio Jaguaribe e Ignácio Rangel, inclinava-me para essa segunda alternativa. Mais tarde, contudo, ficou clara para mim a relação eminentemente dialética entre café e indústria.

Minha questão fundamental, entretanto, continua sem resposta. Por que a análise das relações entre café e indústria, que tendiam a enfatizar o caráter negativo até os anos 50, mudaram para enfatizar o aspecto positivo a partir de meados dos anos 60? E, conseqüentemente, por que prevaleceu um amplo equívoco sobre as origens étnicas e sociais dos empresários industriais, principalmente entre aqueles que dominantemente passaram a enfatizar as relações positivas entre café e indústria? Depois da minha pesquisa. e da de Warren Dean era impossível negar a participação de imigrantes na industrialização brasileira, mas, não obstante eu houvesse verificado que apenas uma porcentagem desprezível dos industriais paulistas tinham origem nas famílias de fazendeiros e comerciantes ligados ao café, a crença em uma participação importante dos fazendeiros na industrialização continua viva. Wilson Cano (1977:129) afirma que "não se quer afirmar com isso que apenas os fazendeiros promoveram a implantação de indústrias. As evidências históricas demonstram que também comerciantes, bancos, imigrantes, importadores e outros agentes do complexo cafeeiro fundaram ou adquiriram empresas industriais". Por outro lado, Nathaniel Leff, que verificou, compulsando o censo de 1920, que nada menos que 44% dos~empresários industriais brasileiros eram eles próprios imigrantes (o que confirma minha pesquisa), não obstante equipara a origem imigrante com a origem nas elites brasileiras dos empresários industriais ao afirmar que "os empresários se originaram tanto das elites nascidas no Brasil quanto da população imigrante" (1982:177 e nota 45).

A meu ver esses equívocos decorreram do surgimento, após o golpe de Estado de 1964, a partir do ensaio inaugural de

Caio Prado Jr. (1966), de uma interpretação equivocada e ressentida, que tenho chamado de "interpretação funcional-capitalista", da realidade brasileira. **(14)**Quando ocorreu o golpe militar, a esquerda, que havia participado da aliança política com a burguesia industrial, sentiu-se traída. E, diante dessa traição, não bastava culpar o adversário externo, a própria burguesia, mas aqueles intelectuais que, dentro da esquerda, haviam formulado a "interpretação nacional-burguesa" e apoiado o pacto populista nacional-desenvolvimentista, que prevaleceu entre 1930 e 1960 sob a liderança de Getúlio Vargas: os intelectuais do Partido Comunista, do ISEB, e também da CEPAL.

Essa a tese central do ensaio de Caio Prado Jr. Como o grande historiador havia sido comunista, seu alvo fundamental é o próprio partido.-Seu objetivo é claro: criticar a tese de uma aliança com a burguesia a partir da negação de que essa burguesia tivesse qualquer caráter "nacional"; e que de alguma forma se distinguisse da burguesia ou oligarquia agrário-mercantil que muitos haviam chegado equivocadamente a classificar de "feudal". **(15)** Mediante essa estratégia era possível a Prado Jr. negar a própria existência do pacto populista nacional-desenvolvimentista - o pacto que, entre a Revolução de 1930 e a derrota do candidato do PSD (Partido Social-Democrático) e do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), gen. Henrique Teixeira Lott, em 1960, uniu em torno do projeto de industrialização empresários industriais, trabalhadores, classes médias tecnocráticas e a parte da oligarquia que Ignácio Rangel (1980) chamou "substituidora de importações". **(16)**

Dessa forma, Caio Prado Jr. inaugurava a "interpretação funcional-capitalista". Era uma abordagem ressentida do Brasil, indignada com o golpe militar. Essa interpretação definia para os intelectuais de esquerda brasileiros uma tarefa: revisar a história do Brasil e particularmente a história da industrialização brasileira, para reduzir o significado da crise econômica de 1930 e da Revolução de 1930. A economia e a sociedade brasileiras deixavam de ser duais: haviam sido sempre capitalistas. O que havia de não capitalista era funcional ao capitalismo. O momento decisivo de desenvolvimento e consolidação da indústria brasileira deixava de ter como marco fundamental a depressão dos anos 30 e a Revolução de 1930, sendo transferido para o final do século XIX, quando as primeiras indústrias são instaladas no Brasil. 17Os empresários industriais deixavam de ser um grupo étnico e social distinto dos cafeicultores, mas identificavam-se com eles: Os interesses dos dois grupos eram identificados ou pelo menos seus conflitos colocados em segundo plano. A dinâmica industrialização brasileira deixava de ser dependente dos fatores externos, como Celso Furtado tão bem enfatizara, e passava a depender de fatores internos, particularmente daprópria burguesia.**(18)**

Caio Prado Jr. começa por corretamente criticar a tese da existência de um feudalismo ou de um semifeudalismo no Brasil pré-1930, para, em seguida, negar qualquer "distinção política e de categoria social entre, de um lado, os fazendeiros, estancieiros, senhores de engenho e usineiros [...] e de outro lado a burguesia industrial, comercial ou qualquer outra" (1966:106). E, em função dessa análise, ou seja, de entender a burguesia brasileira como uma única burguesia mercantil desde o período colonial até o momento em que escrevia, em 1966, conclui, no plano político, que "a idéia de uma 'burguesia nacional' progressista e contrária ao imperialismo por sua posição específica de classe, causou à linha política da esquerda os mais graves danos" (1966:112).**(19)**

Essa análise representou uma reação às análises anteriores que haviam exagerado a ruptura representada pela Revolução de 1930. **(20)** Mas era uma reação radical e a meu ver ressentida em relação ao desastre político que representou o golpe de 1964. Em conseqüência, uma reação equivocada. Realmente, a sociedade e a economia brasileira jamais foram feudais. A classe dominante na Colônia, no Império e na Primeira República foi uma burguesia, mas uma burguesia mercantil, como Caio Prado Jr. enfatizou em suas obras clássicas (1933, 1942, 1945).**(21)** De fato, antes de 1930 a incipiente indústria nacional estava intimamente ligada ao café.**(22)** Sem dúvida, a tese da "burguesia nacional" foi exagerada pelos intelectuais-tecnocratas que analisaram o pacto nacional-desenvolvimentista populista, como também foi exagerada a divisão no seio da burguesia. Havia uma burguesia industrial mas que jamais conseguiu assumir plenamente seu papel de burguesia nacional. Todavia, esses erros não justificavam o erro inverso de ignorar o papel fundamental dos anos 30 para o deslanche e consolidação da industrialização brasileira, de considerar a Revolução de 30 mais um mero episódio de conciliação de elites, de ver na relação café-indústria apenas o aspecto positivo, esquecendo todos os conflitos de interesse subjacentes, de afirmar que essas elites eram basicamente unas, não havendo distinção nem de interesses, nem de origens entre a aristocracia cafeeira e os industriais.

Fatos novos ignorados

Essa análise enviesada do sentido da Revolução de 30, da relação econômica entre café e indústria, do momento fundamental em que ocorre a nossa "revolução industrial", e das origens étnicas e sociais dos empresários paulistas, aconteceu e até hoje mantém seus efeitos **(23)**porque os intelectuais de esquerda no Brasil não foram capazes de perceber que o colapso do pacto populista nacional-desenvolvimentista, que ocorreu no início dos anos 60 e acabou resultando no golpe de 1964, não podia ser atribuído a uma traição dos empresários que participaram desse pacto, muito menos a um erro de avaliação dos intelectuais de esquerda que patrocinaram o mesmo. Se, em vez de adotarem essa atitude de buscados responsáveis, eles houvessem procurado compreender os fatos históricos novos que inviabilizaram a grande coalizão de classes que Getúlio Vargas tão bem costurara, poderiam ter compreendido muito melhor a dinâmica da sociedade brasileira naquele momento. E estariam mais condizentes com o método histórico, que, em vez de buscar culpados para o fracasso de pactos políticos, procura as razões objetivas do colapso.

Esse reconhecimento só ocorreu quando, no final dos anos 60, começa a definir-se mais claramente a "interpretação da nova dependência"**(24)** Eu fiz a análise dos fatos novos que iriam dar origem a essa nova interpretação no momento das eleições presidenciais de 1960. Estava então estudando nos Estados Unidos e li no *New York Times* uma pequena notícia sobre as eleições presidenciais que se avizinhavam no Brasil: o jornal dizia aproximadamente o seguinte em sua primeira página: "No Brasil, candidato de direita é apoiado pela esquerda e candidato de esquerda é apoiado pela direita". A notícia era curiosa e parcialmente equivocada: Lott de fato era um candidato de direita apoiado pela esquerda por ser nacionalista e desenvolvimentista; Jânio Quadros, porém, não era um candidato de esquerda, mas um candidato populista e autoritário apoiado pela direita. O importante na notícia, entretanto, era que ela assinalava bem a grande confusão política que imperava no Brasil naquele, momento - confusão que decorria do vácuo político existente a partir do colapso do pacto nacional-desenvolvimentista. Escrevi então uma carta a um amigo desenvolvendo minha análise. Estava claro para mim que o pacto político de Vargas; juntando burguesia industrial; setores da oligarquia substituidora de importações, tecnoburocratas no aparelho do Estado e trabalhadores, tornara-se inviável na segunda

metade dos anos 50 porque, de um lado, já se manifestava naquele ano a crise da estratégia de substituição de importações e do financiamento inflacionário do déficit público que fora levada ao paroxismo nos cinco anos do governo Kubitschek (1956-61), e de outro, porque fatos históricos novos levavam as elites, que haviam se dividido em torno da .industrialização e do confisco cambial, a novamente se unir e a romper sua aliança com a esquerda. **(25)**

Identifiquei, então, seis fatos históricos novos: primeiro, a consolidação do desenvolvimento industrial, ocorrida na década, que terminava de vez o debate sobre o "caráter artificial" da indústria brasileira, tão comum ainda na primeira metade dos anos 50; segundo, a vertiginosa queda entre 1954 e 1960 dos preços internacionais do café, que enfraquecia os cafeicultores e encerrava na prática sua luta contra o confisco cambial; terceiro, a entrada maciça de empresas multinacionais manufatureiras no Brasil, que liquidava com o argumento - parcialmente válido no passado - de que "o imperialismo se opunha à industrialização"; quarto, a aprovação da Lei de Tarifas, de 1958, que oferecia uma proteção estável à indústria nacional, isentando-a de continuar a defender idéias nacionalistas, já que a principal - o protecionismo - estava assegurada; quinto, o recrudescimento do movimento sindical, com a tentativa de formação de centrais sindicais intersetoriais e a realização de greves importantes, levando empresários a reconsiderar seu acordo com as esquerdas; sexto, a revolução em Cuba, em 1959, que apavorou a burguesia brasileira e a convenceu de vez da necessidade de unir-se "contra o inimigo comum".

Essa série de fatos novos, que mais tarde seriam a base da "interpretação da nova dependência", liquidavam a grande coalizão de classes - o pacto populista ou nacional-desenvolvimentista - que Getúlio Vargas arquitetara e que durante trinta anos dominara o Brasil. A consolidação da indústria e o enfraquecimento do café uniam as duas classes. O próprio café era, agora, produzido e comercializado de forma crescente por imigrantes e seus descendentes. A entrada das multinacionais na indústria, que efetivamente só ocorreu nos anos 50, acabava da vez com a tese de que "o capital estrangeiro se opunha à industrialização". Os empresários industriais, agora defendidos de importações por uma lei de tarifas que seria um pouco mais tarde complementada pela Lei do Similar Nacional, podiam associar-se, tornar-se fornecedores e distribuidores dos bens produzidos localmente pelas empresas nultinacionais manufatureiras. O recrudescimento da luta sindical e principalmente a revolução em Cuba, levando a um aumento da pressão política das esquerdas, indicavam que era mais cauteloso para a burguesia brasileira unir-se. O pacto nacional-desenvolvimentista perdera, portanto, sua razão de ser. Os analistas e defensores desse pacto político no seio da esquerda estavam corretos quando o identificaram, e não é possível condená-los por lhe terem dado seu apoio. Não era sua análise que havia sido errada. Ela simplesmente fora superada por fatos históricos novos.

Com o colapso do pacto populista produz-se, então, um vácuo político, ao mesmo tempo que a esquerda e a direita radicalizam seu discurso e sua ação. As eleições de 1960, particularmente o apoio ao general Lott, que era um homem de direita, pelas forças de esquerda, revelavam esse vácuo e esse impasse. Sua derrota leva Jânio Quadros ao poder. Com sua renúncia, entretanto, João Goulart, o herdeiro por excelência de Getúlio Vargas, sobe ao poder. A reação contrária da burguesia e dos militares se explica dessa forma. Jango chegava ao poder quando já naufragara o pacto político que deveria dar-lhe sustentação. O golpe militar de 1964 é a conseqüência desse fato.

A esquerda não se enfraqueceu, como afirmou Caio Prado Jr., por ter-se associado aos empresários nacionais. Ela foi derrotada quando insistiu em uma estratégia política em um momento em que as bases para essa estratégia - a aliança nacional-desenvolvimentista com o empresariado industrial - haviam sido minadas por fatos objetivos. Entretanto, a partir de A *revolução brasileira,* de Caio Prado Jr., a esquerda, em vez de fazer essa análise, imobilizou a história - ou seja, em última análise a ignorou - e chegou à conclusão de que toda a análise anterior de uma burguesia industrial relativamente aliada aos trabalhadores e em conflito com a burguesia mercantil cafeeira havia sido historicamente errada e politicamente enfraquecedora da esquerda. Felizmente, porém, isso não impediu que essa mesma esquerda, dez anos depois, a partir de meados dos anos 70, participasse de uma nova coalizão política com a burguesia, principalmente com a burguesia industrial - coalizão que tenho chamado de "pacto democrático-populista de 1977" – para lutar pela restauração da democracia no Brasil.**(26)**

Conclusão

Neste trabalho me propus responder uma questão muito simples: como explicar que, não obstante tenha demonstrado, em uma pesquisa publicada em 1964, que os empresários industriais paulistas se originavam, em sua grande maioria, de imigrantes de classe média, e apesar de essa tese ter sido comprovada na pesquisa histórica de Warren Dean, a idéia ainda hoje dominante é a de que esses empresários se originaram da aristocracia cafeeira. Minha resposta assumiu um caráter de crítica das idéias. O equívoco nasceu da justa indignação de Caio Prado Jr. com o golpe de Estado de 1964, que o grande historiador transformou em indignação contra os intelectuais de esquerda que haviam diagnosticado o pacto nacional-desenvolvimentista, unindo empresários industriais, trabalhadores, classes médias tecnocráticas e setores substituidores de importação da oligarquia mercantil, e apoiado a participação da esquerda nesse pacto. Ao invés de admitir que o pacto realmente existira – embora possa ter sido exagerado pelos analistas -, Caio Prado Jr. negou-o, e considerou aqueles que o diagnosticaram e apoiaram como alguns dos culpados pela derrota da esquerda em 1964. Ao negar a existência do pacto, era necessário também demonstrar que a classe dominante no Brasil sempre fora unida, que não havia distinções significativas de caráter social ou étnico separando os empresários industriais dos cafeicultores. Logo, isso foi enfaticamente afirmado, embora contrariasse as evidências. Era necessário também demonstrar o caráter não de oposição, mas de forte consistência entre a economia cafeeira e a industrialização, quando, na verdade, o que havia era uma relação dialética de oposição e reforço.

Embora equivocada porque ressentida, essa análise do grande historiador encontrou campo fértil nas esquerdas. Deu origem ao que chamei "interpretação funcional-capitalista" do Brasil. A partir do início dos anos 70, entretanto, uma outra abordagem mais consentânea com a realidade – a interpretação da nova dependência – passou paulatinamente a substituí-la, e facilitou, a partir do final da década, a formação de uma nova coalizão política unindo empresários e esquerdas – o pacto democrático-populista de 1977. Esse pacto chegaria ao poder em 1985, com a Nova República, e entraria em colapso em 1987, com o fracasso do Plano Cruzado, quando se evidenciou o caráter arcaico e populista de muitas das idéias da esquerda naquele momento. A partir daí a esquerda no Brasil e na América Latina entra em uma profunda crise, da qual vai aos poucos emergindo

nos últimos anos, na medida em que vai se tornando capaz de criticar não apenas a onda conservadora, neoliberal, que atingiu o Brasil no final dos anos 80, mas também o esgotamento da estratégia nacional-desenvolvimentista. Na medida em que; pragmaticamente, recuse dogmatismos ideológicos e afirme a possibilidade de uma esquerda moderna, crítica do populismo, aliada aos setores progressistas e dinâmicos dentro do empresariado, que certamente não serão os mesmos dos anos 50 ou dos anos 70. Na medida em que, definindo a atual crise como essencialmente uma crise do Estado, aceite as idéias de disciplina fiscal, liberalização e privatização não como uma via para o Estado mínimo dos neoconservadores, mas como uma condição para a reforma do Estado.**(27)**

NOTAS

*. Trabalho apresentado ao I Congresso Brasileiro de História Econômica e à II Conferência Internacional de História de Empresas. Unicamp, Campinas, 8-9 de setembro, 1993.

1. Fernando Henrique Cardoso, que escreveu o primeiro livro importante sobre os empresários industriais no Brasil, reconheceu implicitamente que não se originavam das famílias ligadas à produção e ao comércio de café ao afirmar que os empresários industriais foram recrutados "nas camadas médias da população urbana: descendentes das 'famílias de tradição', mas sem posses, que se ligaram ao funcionalismo público[...] ; descendentes de imigrantes[...]; imigrantes" (1963:160-1).

2. Diferentemente de minha pesquisa, que, embora baseada em um levantamento realizado em 1962, tinha caráter histórico, buscando as origens dos empresários que haviam desenvolvido decisivamente suas empresas, não importantdo se estivessem vivos ou mortos, na ativa ou já aposentados, a pesquisa de Luciano Martins referia-se aos empresários ativos em 1964.

3. Ver Sodré (I 964:271).

4. Mesmo no extraordinário trabalho de Suzigan (1986), em que o problema da origem e do desenvolvimento da indústria brasileira foi amplamente analisado e todo o debate resenhado, não há menção a minha pesquisa. Entre os poucos analistas que a utilizaram, posso citar dois: Luciano Martins (1967) e Sérgio Silva (1976).

5. Para um nível de segurança de 95%, as margens de erro variavam de 6,30% em uma distribuição 50-50% para 3,76% m uma distribuição 90-10%.

6. Esta tese foi contestada de forma explícita, à direita, por Peláez, e, implicitamente, à esquerda, pelos representantes da interpretação funcional-capitalista. Estudos realizados por Conceição Tavares (1963), Fishlow (1971), Suzigan (1976) e Marcelo de Paiva Abreu (1990) confirmaram a tese de Furtado.

7. Ver também Hélio Jaguaribe (1962) e Nelson Werneck Sodré (1964).

8. Ver Nícia Vilela Luz (1961:cap. II).

9. Eugênio Gudin se colocava contra o planejamento econômico e considerava artificial a indústria brasileira. Nos anos 50 e 60 ele seria, no Brasil, o líder da reação contra as idéias da CEPAL. Roberto Simonsen, em nome dos empresários, defendia a indústria nacional e a intervenção do Estado na economia. Sobre essa disputa, ver Magalhães (1961), Sola (1982), Bielschowsky (1988) e Loureiro (1992). Os textos originais do debate foram republicados em Gudin e Simonsen (1977).

10. Suzigan chamou essa análise de "teoria do choque adverso" (1986:23-8).

11. Esse quadro foi originalmente publicado em um breve Anexo de Empresários e administradores no Brasil (Bresser Pereira, 1974:211).

12. Análise dialética semelhante encontra-se em Liana Aureliano. Para ela "a acumulação cafeeira se faz sob ó signo do capital mercantil e, no seu movimento contraditório, impulsiona o surgimento da grande indústria" (1981:10-1). Mais adiante assinala a importânciá de 1930: "a crise política da década de 1920 culmina com a Revolução de 1930: a burguesia cafeeira é definitivamente deslocada de sua posição de controle sobre ó aparelho do Estado" (1981:98). Na mesma linha; Sônia Draibe, apesar de insistir nas relações positivas entre café e indústria e de identificar-se com a critica à "economia política da CEPAL", admite o conflito.entre o café e a indústria, afirmando que; "a nível de seu projeto de industrialização, a burguesia industrial enfrentaria a oposição.dos setores ligados ao café" (-1985: 37). Suaanálise da industrialização brasileira significativamente começa em 1930.

13. Zélia Cardoso de Mello, em sua tese de doutorado (1981); empenhou-se em demonstrar que no século XIX inúitas das indústrias foram criadas por cafeicultores.

14. Desenvolvi inicialmente essas idéias em "Seis interpretações sobre o Brasil (1982a), onde identifiquei duas interpretações pré-1964 = a "interpretação da vocação agrária" em conflito com a "interpretação nacional-burguesa" -, e quatro pós-1964 – a "interpretação autoritário-modernizante", a "interpretação da superexploração capitalista", a "interpretação funcional-capitalista" e a "interpretação da nova dependência". Pessoalmente, identifiquei-me com a segunda antes de 1964 e com a última a partir de então.

15. Ver, por exemplo, Alberto Passos Guimarães (1964).

16. Rangel observa que a Revolução de 1930 chefiada por Getúlio Vargas foi produto de um movimento à frente do qual "encontravam-se _- como hoje sabemos e como poucos o suspeitávamos então - duas forças muito dispares, mas idênticas num ponto, a saber: o latifúndio *substituidor de importações* (principalmente gaúcho) e a indústria *substituidora de importações* (principalmente paulista)" (1980:47, grifos do autor).

17. Segundo João Manoel Cardoso de Mello (1975:109), "o período que se estende de 1888 a 1933 marca, portanto, o momento de nascimento *e consolidação* do capital industrial" (grifos meus).

18. A grande maioria dos intelectuais de esquerda adota; na segunda metade dos anos 60, essas posições, a partir da análise de Caio Prado Jr.,Entre eles - embora nem todos adotem todas as idéias enumeradas - merecem menção especial Luciano Martins (1968, 1973), Francisco de Oliveira (1972), Lúcio Kowarick (1973), Bons Fausto (1972), Fernando Novais (1973), Caio Navarro de Tóledó (1974), João Manoel Cardoso de Mello (1975); Wilson Cano (1977). A respeito do tema, ver as excelentes -resenhas de VNilson Suzigan (1986) e Eli Diniz (1981), esta última especificamente sobre a Revolução de 1930. Suzigan comete a meu ver um erro.ao colocar Sérgio Silva nesse grupo quando – ele, na verdade, representa um passo adiante, na linha de Celso Furdado: Nos anos 70 essa interpretação seria paulatinamente substituída pela "interpretação da nova dependência".. (Bresser Pereira.1982*a*), que, embora, representasse uma crítica ao funcionalismo e ao a-historicismo da "interpretação funcional-capitalista", permaneceu com ela confundida por muito tempo, talvez até hoje:

19. Escrevendo três anos antes, e portanto não estando sob o impacto do ressentimento causado pela derrota de 1964, Fernando Henrique Cardoso admitia a

existência do pacto político entre empresários, intelectuais tecnocráticos e trabalhadores, e, ao mesmo tempo, assinalava o rompimento desse pacto de uma maneira mais serena e objetiva: "Os grupos sociais que organizaram movimentos pela `emancipação econômica' não suspeitavam que, no momento seguinte, a burguesia nacional poder-se-ia aliar aos 'interesses estrangeiros'[...]" (1963:85). Um pouco mais adiante, entretanto, ele esquece o processo histórico que dividira as elites e as reunificara e afirma, simplesmente, que o Estado "continuou a 'ser controlado nas decisões fundamentais' pela aliança entre a burguesia industrial e os grupos agrários e financeiros tradicionais'.' (-1963:90). Esta segunda afirmação estava mais de.acordo com a.reação ideológica paulista às idéias', do.ISEB e do Partido Comunista sobre o pacto nacional-desenvolvimentista, que Prado Jr. encarnaria um pouco depois.

20. Nesta linha merecem especial menção os trabalhos de Hélio, Jaguaribe (1956,. 1958, 1962), mas essa era a visão geral nos anos 40 e 50 dos representantes do que chamei "interpretação nacional-burguesa" (Bresser Pereira, 1982a).

21. Desenvolvi mais extensamente essa oposição entre o capital mercantil, dominante até 1930, e o capital industrial, dominante a partir, de então, em Bresser Pereira (1982b).

22. Conforme assinala Suzigan, "o investimento na indústria de transformação estava diretamente relacionado ao desempenho do setor exportador até 1913, e, em menor grau, até 1929. Essa relação, foi.interrompida em 1930, quando o crescimento da renda interna nas atividades econômicas ligadas ao mercado interno substituiu a demanda externa como principal determinante da acumulação de capital industrial" (1986:345).

23. Wilson Suzigan (1986), por exemplo, em sua competente análise das origens e desenvolvimento da indústria brasileira, deixou o problema das origens étnicas e sociais razoavelmente em aberto. É interessante, entretanto, como, passados os anos e o ressentimento, a "interpretação funcional-capitalista" perde importância e fenômenos como a Revolução de 1930 recuperam seu lugar na história: Francisco Weffort, por exemplo, afirma em 1985: "O Estado brasileiro como Estado moderno, isto é, como Estado nacional, passa a existir depois de 1930" (1985: 166).

24. Á "interpretação da nova dependência" tornar-se-ia dominante nos anos 70, a partir das contribuições de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1969), F. H. Cardoso (1972, 1977), Antônio Barros de Castro (1969), Bresser Pereira (1970, 1973; 1977), Maria da Conceição Tavares e José Serra (1971), Edmar Bacha (1973), Peter Evans (1979) e muitos outros. Essa interpretação não deve ser confundida com a "interpretação da superexploração imperialista" de Gunder Frank (1966, 1969), Theotônio dos Santos (1967,1970) e Ruy Mauro Marini (1969, 1973).

25. A carta foi escrita em 1960 a Luiz Antônio de Almeida Eça e data de 14 de dezembro. Com base nela escrevi um primeiro artigo sobre os empresários industriais e a política (Bresser Pereira, 1963). Em 1968 publiquei uma versão mais completa dessa análise dos fatos novos que haviam inviabilizado o pacto de Vargas no quarto capítulo de *Desenvolvimento e crise no Brasil* (1968). Esse capitulo, que não alterei nas edições subseqüentes do livro, correspondia a um artigo escrito em 1963 e destinado à *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* da Universidade de Minas Gerais, que não chegou a publicá-lo devido à suspensão da própria publicação da revista em função do golpe de Estado.

26. Pacto democrático, porque seu objetivo fundamental era restaurar a democracia; pacto populista, porque, uma vez no governo, retomou as teses dos anos 50; de 1977, porque se consolidou em 1977, após o "pacote autoritário de abril", por meio do qual o presidente Geisel fechou o Congresso provisoriamente, causando profunda indignação na burguesia. Esse pacto entraria em colapso. dez anos depois, em 1977, em função do fracasso do Plano Cruzado; que pés a nu o caráter populista e arcaico das idéias econômicas nele embutidas. Desde então o Brasil vive novamente um vácuo político.

27. Examinei a crise e renovação da esquerda na América Latina em Bresser Pereira (1990). Em todos os meus trabalhos escritos a partir de minha experiência no Ministério da Fazenda (1987) venho procurando desenvolver uma interpretação.nesse sentido, que chamo "interpretação da crise do Estado" mas que também' poderia ser chamada "interpretação pragmática" ou "interpretação social-democrática". Ver,' especialmente, Bresser Pereira (1993a, 1993b).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marcelo de Paiva. (1990), "Crise, crescimento e modernização autoritária: 1930-1945", in M. P. Abreu (org.), *Ordem e progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro, Campus.

AURELIANO, Liana Maria. (1981), *No limiar da industrialização*. São Paulo, Brasiliense.

BACHA, Edmar L. (1973), "Sobre a dinâmica de crescimento da economia industrial subdesenvolvida". *Pesquisa e Planejamento Econômico* 3 (4), dez.

BIELSCHOWSKI, Roberto. (1988), O *pensamento econômico brasileiro. Rio* de Janeiro, IPEA-INPES.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. (1963), "O empresário industrial e a revolução brasileira". *Revista de Administrarão de Empresas* 2 (8), jul. Republicado em Bresser Pereira (1972), *Empresários e administradores no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

_______. (1964), "Origens étnicas e sociais do empresário paul ista". *Revista de Administração de Empresas* 3(11), jun. Republicado em Bresser Pereira (1972), Empresários e *administradores no* Brasil. São Paulo, Brasiliense.

_______. (1968), "Desenvolvimento político", cap. 4 de *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1967*. Rio de Janeiro, Zahar. Esse capítulo não foi alterado nas edições subseqüentes do livro.

_______. (1970), "Dividir ou multiplicar: a distribuição de renda e a recuperação da economia brasileira". *Visão*, dez. Republicado na terceira edição de Bresser Pereira (1972) *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. São Paulo, Brasiliense (pp. 211-21), e nas edições subseqüentes.

_______(1972), *Empresários e administradores no Brasil*. São Paulo, Brasiliense. Tese de doutoramento com o título original "Mobilidade e carreira dós dirigentes de empresas paulistas ". São Paulo, USP, Faculdade de Economia e Administração, 1972.

_______. (1973), "O novo modelo de desenvolvimento". *Dados* 11, s. m.

_______. (1974); "Três hipóteses sobre o início da industrializáção brasileira e a economia cafeeira". Anexo II de Bresser Pereira (1972).

_______.(1977), *Estadoe subdesenvolvimento industrializado*. São Paulo, Brasiliense.

_______. (1982a), "Seis interpretações sobre o Brasil". *Dados* 25(3), s. m.

_______. (1982b), *A economia brasileira: uma introdução crítica*. São Paulo, Brasiliense.

_______. (1990), "Crise e renovação da esquerda na América Latina". *Lua Nova* 21,out.Republicado em Bresser Pereira (1991), *A crise do Estado*. São

Paulo, Nobel.

_______. (1993a), "Economic reforms and economic growth: efficiency and politics in Latin America", *in* Bresser Pereira, Maravall & Przeworski, *Economic reforms in new democracies.* Cambridge, Cambridge University Press.

_______. (1993b), "Uma interpretação da América Latina: a crise do Estado". *Novos Estudos CEBRAP* 37, nov.

CANO, Wilson. (1977), *Raízes da concentração industrial no Brasil*. São Paulo, Difel.

CARDOSO, Fernando Henrique. (1963), *Empresário industrial e desenvolvimento econômico.* São Paulo, Difel, 1964. Tese de livre-docência. São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nov. de 1963.

_______. (1972), *O modelo político brasileiro*. São Paulo, Difel.

_______. (1977), "O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos". *Ensaios de Opinião* n.° 4.

_______ & FALETTO, E. (1969), *Dependência e subdesenvolvimento na América Latina.* São Paulo, Difel, 1970. Primeira edição em espanhol.

CASTRO, Antônio Barros de. (1969); "Agricultura e desenvolvimento no Brasil", in Castro, 7 *ensaios sobre a economia brasileira.* Vol. I, Rio de Janeiro, Forense.

DEAN, Warren. (1971), *Aindustrialização de São Paulo* (7980-2945). São Paulo, Difel/Edusp.

DINIZ, Eli. (1981), "Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe", *in* Boris Fausto (org.), *História geral da civilização brasileira. III: O Brasil republicano.* São Paulo, Difel.

DRAIBE, Sônia. (1985), *Rumos e metamorfoses.* Rio de Janeiro, faz e Terra.

EVANS, Peter. (1979), *Dependent development. the aliance of multinational, local and state capital in Brazil*. Princeton, Princeton University Press.

FISHLOW, Albert. (1971), "Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil". *Estudos. Econômicos* 2 (6), dez. 1972. Publicado originalmente em inglês.

FRANK, Gunder. (1966), "Development and underdevelopment", *in* Robert I. Rhodes (org.) (1970), *Imperialism and underdevelopment.* Nova York, Monthly Review Press. Publicado originalmente em *Monthly Review Press.*

_______. (1969), *Capitalism and development in Latin* America. Nova York, Monthly Review Press.

FURTADO, Celso. (1959), *Formação econômica do* Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

_______. (1966), *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GUDIN, E. & SIMONSEN, R. (1977), *A controvérsia do planejamento na economia brasileira.* Rio de Janeiro, IPEA-IMPES.

GUIMARÃES; Alberto Passos. (1964), *Quatro séculos de latifúndio.* Rio de Janeiro, Paz e Terra.

JAGUARiBE, Hélio. (1956), "Sentido e perspectivas do governo Kubitschek". *Cadernos do Nosso Tempo* 4, jan. (artigo não assinado).

_______. (1958), *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB).

_______. (1962), *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

LEFF, Nathaniel H. (1982), *Underdevelopment and development of Brazil I: Economic structure and change, 1822-1947*. Londres, George Allen and Unwin.

LOUREIRO, Maria Rita. (1992), "Economistas e elites dirigentes no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 7 (20), out.

LUZ, Nícia Vilela. (1961), *A luta pela industrialização do Brasil*. Rio de Janeiro, Difel.

MAGALHÃES, João Paulo de A. (1961), *A controvérsia brasileira sobre desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro; Record, s. d. Publicada originalmente em 1961 pela Confederação Nacional da Indústria.

MARINI, Ruy Mauro. (1969), *Subdesarollo y revolucion*. México, Siglo XXI:

_______. (1973), *Dialética de la dependência*. México, Ediciones Era.

MARTINS, Luciano. (1965), "Os grupos bilionários nacionais". *Revista do Instituto de Ciências Sociais* 2 (1), jan.- dez.

_______. (1967), "Formação do empresariado industrial no Brasil". *Revista do Instituto de Ciências Sociais* 4 (1), jan.-dez.

_______. (1968), *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Saga.

_______. (1973), *Poúvoir et développement économique*.Paris, Edidons Anthropos, 1976. Tese de doutorado de Estado. Universidade de Paris V.

MELLO, João Manoel Cardoso de (1975), *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1982. Tese de doutoramento.: Campinas, Unicamp, Instituto de. Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Economia e Planejamento Econômico.

MELLO, Zélia Cardoso de. (1981), "São Paulo, 18451895: metamorfoses da riqueza". Tese de doutoramento. São Paulo, USP, Faculdade de Economia e Administração.

NICOL, Robert C. (1994), "A agricultura e a industrialização no Brasil". Tese de doutoramento. São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais.

NOVAIS, Fernando A. (1973), *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial -1777-1808*. São Paulo, Hucitec, 1979. Tese de doutoramento. São Paulo, USP, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais.

PELÁEZ, Manoel Carlos. (1972), *História da industrialização brasileira*. Rio de Janeiro, APEC.

PRADO JR., Caio. (1933), *Evolução política do Brasil*. 2.a ed. São Paulo, Brasiliense, 1957 (1ª.ed., 1933).

_______. (1942), *Formação do Brasil contemporâneo*. 5a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1957 (la. ed., 1942).

_______. (1945), *História econômica do Brasil*. 4ª. ed. São Paulo, Brasiliense, 1956 (l.a. ed., 1945).

_______. (1966), *A revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense.

RANGEL, Ignácio M. (1980), "Revisitando a 'questão nacional'". *Encontros com a Civilização Brasileira* 27.

SANTOS, Theotônio dos. (1967), *El nuevo caracter de la dependência*. Santiago, Universidad del Chile, Centro de Estudios Económicos.

_______. (1970), *Dependenciá y cambio social*. Santiago, Universidad del Chile, Centro de Estudios Económicos.

SILVA, Sérgio S. (1976), *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega.

SODRÉ, Nelson Werneck. (1964), *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

SOLA, Lourdes. (1982), "The political and ideological constraints of economic management in Brazil, 1945-1963". Tese de doutoramento. Universidade de Oxford.

SUZIGAN, Wilson. (1986), *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo, Brasiliense.

TAVARES, Maria da Conceição. (1963). "Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil", in Tavares (1972), *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar. Originalmente publicado em espanhol. .

_______. (1972), *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.

_______ & SERRA, J. (1971), "Além da estagnação", in Tavares (1972). Originalmente publicado em espanhol.

TOLEDO, Caio Navarro de. (1974), *ISEB*: - fábrica de ideologias. São Paulo, Ática, 1977. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 1974.

VILLELA, A. & SUZIGAN, W. (1973), *Política de governo e crescimento da economia brasileira: 1989-1945*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

WEFFORT, Francisco. (1985), "Nacionalismo, populismo e o que restou do legado político de Getúlio Vargas", in T: Szmerecsányi & R. Granziera, (orgs.), *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. São Paulo, Editora da Unicamp.